



Mulheres em Luta

Por Alice Portugal*

A luta da mulher por seus direitos é longa, mas de importantes vitórias. A conquista do voto feminino, no ano de 1932, foi um grande avanço para as mulheres brasileiras. Mas ainda há muito que avançar. Apesar de sermos 6,2 milhões de eleitoras a mais que os homens, o número de candidatas é muito pequeno. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições, representamos 29,7% do universo de inscritos para a disputa. Dados do mapa "Mulheres na Política", elaborado pela ONU, apontam que o Brasil é o 158º colocado no ranking de representação feminina no Legislativo.

Uma posição vexatória. A reserva de cadeiras nas casas legislativas já acontece em países como o Afeganistão, Bangladesh, China, Eritreia, Jordânia e Quênia.

Travamos uma batalha na Câmara dos Deputados pela aprovação da reserva de, no mínimo, 30% para as mulheres na reforma política, que foi rejeitada pela Casa. O resultado dessa votação mostrou um Plenário ainda conservador e machista. No Senado, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015 que institui cotas para mulheres no

Alice
Deputada Federal PCdoB

Legislativo. O texto estabelece a reserva de vagas nas próximas três legislaturas, sendo 10% das vagas disponíveis nas eleições de 2016, 12% no pleito de 2018 e 16% nas eleições de 2020. Agora, a matéria está na Câmara para apreciação.

Atualmente, dos 81 senadores, apenas 13 são mulheres. Já na Câmara, das 513 cadeiras, apenas 52 são ocupadas por mulheres. É notável e urgente a necessidade de ampliarmos a nossa participação na política. Precisamos corrigir este grande atraso. Nós mulheres não podemos ficar sem direito à voz no Parlamento e não se pode deixar de ter o estímulo do Estado à participação política. Por isso, lutamos por uma reforma política com financiamento público, com participação popular e mais mulheres ocupando as cadeiras do Legislativo.

A aprovação da Lei do Femicídio pela presidenta Dilma foi um passo importante para o combate à violência contra a mulher. Foi uma sinalização de que não há como tolerar um tipo de violência que atinge e mata mulheres única e exclusivamente pelo fato de serem MULHERES, principalmente negras. Dados do Mapa da Violência, divulgados em novembro de 2015, apontam que os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos no Brasil. Ainda segundo o Mapa da Violência, em 2013, foram mortas por dia no país 13 mulheres, em média, um total de 4.762 homicídios. São dados estarrecedores e que não podemos tolerar.

Neste cenário, a aprovação do feminicídio como crime tipificado, regulado e gravemente punido, foi uma vitória enorme para o movimento de mulheres. Isso coloca o Brasil, mais uma vez, na vanguarda daqueles países que lutam pela diminuição da violência contra as mulheres, após

ter aprovado a mais importante legislação do mundo que é a Lei Maria da Penha.

Tenho sido uma incansável defensora dos direitos da mulher no Congresso Nacional. Sou autora de diversos projetos que elevam o papel da mulher na sociedade brasileira. O Projeto de Lei 6653/09, de minha autoria, cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. A matéria está apensada ao Projeto de Lei (PL) 4857/2009, que está pronto para votação em Plenário, mas há uma nítida resistência da presidência da Câmara em colocar o projeto na pauta da Casa. Outro projeto importante é o PL 583/2007, que proíbe a revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho. O objetivo da matéria é garantir e assegurar à mulher o direito ao trabalho sem ter sucessivamente sua intimidade violada. A proposta foi aprovada no Senado e aguarda apreciação na Câmara.

A nossa luta também é pela aprovação do Projeto de Lei 7.371/14, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. É fundamental disponibilizarmos recursos para a criação e manutenção de estruturas públicas e políticas de gênero no país.

Precisamos continuar firmes na luta para que as políticas públicas encarem a mulher como uma cidadã que precisa ser empoderada, para superar essa distorção e essa discriminação que perseguem a mulher há séculos. É nosso dever, enquanto parlamentares, mobilizar as mulheres por mais conquistas. Por isso, rebele-se contra qualquer tipo de opressão e vamos juntas construir uma sociedade igual para todos.

***Farmacêutica, Bioquímica, servidora da UFBA e Deputada Federal (PCdoB-BA)**



Alice
Deputada Federal PCdoB